

RONDÔNIA: COLONIZAÇÃO DE NOVAS TERRAS

José Januário Amaral*

RESUMO: O campo brasileiro torna-se cenário de reivindicação e luta pela terra de pequenos agricultores que não tinham acesso, ou haviam perdido suas terras para as empresas rurais capitalistas. Procurando administrar as tensões sociais decorrentes desse quadro, o governo se alia aos latifundiários, executando a política de colonização de novas terras. Promovendo o êxodo ou uma remoção massiva para a região amazônica. A saída que o Estado brasileiro tem proposto e executado para "solucionar" a questão da terra nas regiões extra amazônicas é sempre a colonização agrícola que remonta ao início do século XIX. Aqui discutir-se-á o processo de colonização nos últimos vinte anos na "fronteira" amazônica.

PALAVRAS – CHAVE: Agricultores, Colonização agrícola , Êxodo e Latifundiários.

ABSTRACT: The Brazilian field becomes scenario of claim and the struggle for land of small farmers who did not have access, or had lost their lands to capitalist businesses. Looking for administering social tensions resulting from this framework, the Government if alia to landowners, performing the policy of colonization of new land. Promoting the massive exodus or a removal for the Amazon region. The output that the Brazilian State has proposed and implemented to "solve" the problem of land in the Amazon regions extra is always the agricultural settlement dating back to the early 19th century. Here discuss the process of colonization in the last twenty years in the Amazon "frontier".

KEYWORD: Farmers, agricultural Colonization, Exodus and Landowners.

A saída que o Estado brasileiro tem proposto e executado para "solucionar" a questão da terra nas regiões extra amazônicas é sempre a colonização agrícola que remonta ao início do século XIX. Aqui discutir-se-á o processo de colonização nos últimos vinte anos na "fronteira" amazônica. Entende-se que a colonização tem sido a forma institucional de expansão do capitalismo na Amazônia. Conforme MARIN (s/d), "a fronteira faz parte de uma totalidade social que a transcende; ela é a franja

de um sistema em expansão e, portanto, não pode, em hipótese nenhuma, ser entendida dissociada dele".

Desta maneira, o que está ocorrendo hoje nos projetos de colonização da Amazônia Oriental, privados e oficiais, tem uma relação íntima com questões relativas a luta pela terra que camponeses enfrentam em outras regiões do País. Para TAVARES DOS SANTOS (1989),

"houve, no Brasil Meridional, durante os anos 70, um largo processo de expulsão de certas camadas de campesinato, tanto por causa da concentração da estrutura fundiária quanto das condições econômicas sobre as pequenas propriedades rurais". Isto está relacionado de certa forma a intensiva modernização da agricultura nas regiões Centro-Sul do País, modificando as relações sociais no campo. O camponês expropriado de seu "sítio" passava a engrossar os contingentes das sem-terras e a reivindicar junto ao poder pública a "terra de trabalho", pois se recusava a tornar simplesmente um assalariado ou ir morar nas cidades. Ele até ia ser trabalhador temporário, pois na medida em que pudesse voltar a terra o fazia.

O campo brasileiro torna-se cenário de reivindicação e luta pela terra de pequenos agricultores que não tinham acesso, ou haviam perdido suas terras para as empresas rurais capitalistas. Procurando administrar as tensões sociais decorrentes desse quadro, o governo se alia aos latifundiários, executando a política de colonização de novas terras. Promovendo o êxodo ou uma remoção massiva para a região amazônica. Criando vários projetos de colonização agrícola, principalmente, nos estados do Pará, Mato Grosso e Rondônia. Assim, em virtude desse quadro TAVARES DOS SANTOS (*op.cit.*), considera que a "possibilidade do povoamento de novas terras sempre foi uma das determinações específicas do desenvolvimento capitalista na sociedade brasileira". Continua afirmando que nos últimos 20 anos, "...desencadeou-se uma política de colonização para transferir as populações consideradas excedentes para as novas terras, para o que foi instalado um aparelho ideológico da colonização capaz de difundir uma mensagem favorável dos programas". O excedente de população transferido para Rondônia no período de 1970 a 1980 chegou a dimensões gigantescas. No início da década havia 113.000 habitantes, no ano de 1980, a população já ultrapassava os 492.000 habitantes conforme revela a tabela a seguir:

TABELA 1-RONDÔNIA: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DE 1950/1980

ANO	POPULAÇÃO
1950	37.173
1960	70.783
1970	113.650
1980	492.810

Fonte: IBGE, Anuário Estatístico.

Assim, com a chegada massiva de migrantes em Rondônia, as contradições internas no Estado se intensificam. O povoamento que anteriormente, obedecia a três eixos de penetração: inicialmente, ao longo dos rios e igarapés onde se estabeleceu a chamada "civilização do igarapé" ou a "população ribeirinha"; num segundo momento, nas áreas marginais à Estrada de Ferro Madeira Mamoré-EFMM, que ligava Porto Velho a Guajará-Mirim, encontravam-se as Vilas de Jaci - Paraná, Abunã, Vila Murinho e outros vilarejos; e terceiro pelo sul do Estado através da picada empreendida por Rondon, objetivando a implantação de postos telegráficos, houve o surgimento de algumas vilas a exemplo de Vilhena e Pimenta Bueno. A partir do final da década de 60 a recuperação de Rondônia será fortemente influenciada pela BR-364, que liga Cuiabá - Porto Velho. É ao longo dessa via de acesso que foram implantados os projetos de colonização, conflitivamente, pois com a estrada foi também o colono, o sem terra, grileiro, o fazendeiro a empresa rural, empresa multinacional. Surge o cercamento das terras que anteriormente era livremente habitada por índios e ribeirinhos. A cada "verão" essas populações eram privadas de suas terras cada vez mais, até a sua expropriação. Através dessas práticas, a colonização constituiu-se em uma tentativa de controle do território e dos homens, possibilitando a formação de mão-de-obra para as grandes empresas agropecuárias e mineradoras que na Amazônia vieram a se instalar, ao mesmo tempo em que preservava o latifúndio no restante do País. Nos últimos cinco anos, nota-se uma diminuição das atividades do INCRA nos projetos de colonização, havendo uma redução no grau de ingerência nos mesmos além dos próprios colonos em sindicatos, associações de ajuda mútua no interior dos projetos. Ressalta-se que apesar do INCRA ter diminuído o seu controle, outros órgãos de âmbito estadual se fazem presentes como o Instituto de Terras de Rondônia - ITERON, e a Secretaria de Estado da Agricultura - SEAGRI.

O discurso ideológico do Estado apresentava uma área como sendo "desabitada", "terras sem homens...", "vazio demográfico", o que contribui no

sentido de legitimar a colonização em novas terras (novas para o capital), e ao mesmo tempo a própria colonização foi um mecanismo de controle do território, já que o aparelho estatal agora de fato se fazia mais presente no espaço amazônico. Assim, ao se dar a expansão das relações do modo de produção capitalista constata-se que a Amazônia não era tão "vazia" quanto demonstrava o discurso oficial. Além dos territórios indígenas, outro grupo expropriado é constituído pelos posseiros. Segundo TAVARES DOS SANTOS (1989), "em todas as situações as agências de colonização emitiram um discurso que não apenas fazia desaparecer tais grupos, como os menosprezava, no limite, os estigmatizava". Não foi só no discurso que estas populações tendiam a desaparecer, mas na prática o INCRA, a serviço das empresas rurais fraudava processos omitindo a presença na área de interesse dos empreendimentos privados, de índios e posseiros. Pois pela legislação não poderiam estas terras ser apropriadas por outrem se houvesse a presença de tais grupos é o caso dos índios Urueu Wau Wau, que têm perdido suas terras para fazendeiros do PAD Burareiro, onde encontramos um total de 104 propriedades deste projeto na área indígena. Conforme CARDOSO (1989), "em 7.11.79, o delegado da 8ª Delegacia Regional da FUNAI envia um ofício ao governador do Território de Rondônia confirmando que o PAD Burareiro incide na área interdita pela FUNAI, Entretanto, no dia 15.05.80, foi emitido um telex pelo INCRA/CETR/G ao executor do PAD Burareiro com o seguinte texto: Comunico que todos os parceiros das linhas CO, C 10 e C15, estão liberados para reiniciarem suas atividades agrícolas". Os índios, os posseiros, são excluídos da terra, eles são estigmatizados por um processo que procura extinguí-los. Relegando-os também além exclusão da terra, à exclusão social. Por conseguinte, faz-se necessário levantar reflexões sobre a condição de vida dos colonos que na Amazônia foram em busca da "terra de trabalho". Hoje ele é uma realidade e como tal apresenta contradições que seus planejadores previram. É o caso do ressurgimento da luta política no seio dos projetos de colonização.

Ademais, o espaço da colonização apresenta-se com forte conteúdo ideológico. De sua contradição renasce a luta dos camponeses pela "terra de trabalho", fato não previsto nos programas de colonização. Hoje existe a figura do colono que retomou da Amazônia, dos projetos de colonização para engrossar a luta pela terra em sua região de origem. Os retornados reivindicam terra em suas próprias

regiões, excluindo a possibilidade de colonização em novas terras. Isto representa um revigoramento e um novo rumo da luta pela terra.

BIBLIOGRAFIA

CARDOSO, M.L. Parecer Antropológico sobre os limites territoriais da área indígena Urueu Wau Wau. s.l., mimeo, 1989.

MARIN, R. Colonização e Fronteira: articulação no nível econômico e no nível ideológico. Belém. NAEA, s/d.

TAVARES DOS SANTOS, J.V. O Processo de Colonização Agrícola no Brasil Contemporâneo. in Sociedade e Estado, Brasília, v. 2, UNB 1989

* **Jose Januário Amaral.** Prof. do Depto da UFRO, Pesquisador-Associado do LABOGEOH- PA, doutorando em Geografia Humana pela USP.